

‘Um crime entre nós’ retrata um tema tabu no Brasil: a violência sexual contra crianças da qual ninguém quer falar

A cada hora, quatro meninas brasileiras de até 13 anos são estupradas, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A maior parte das vítimas tem até 5 anos de idade

[\(El País | 20/06/2020 | Por Joana Oliveira\)](#)

Enquanto o Brasil acompanha, atento, o [avanço da pandemia de covid-19](#), crescem no país os números de uma outra epidemia que se arrasta há décadas, mas continua invisível. A cada hora, [quatro meninas brasileiras de até 13 anos são estupradas](#), de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A maior parte das vítimas tem até 5 anos de idade. [90% desses casos de violência acontecem em casa](#), e 72% das testemunhas não denunciam. “Se a gente tivesse o mesmo olhar que temos sobre o coronavírus para a violência sexual infantil, estaríamos falando também em termos de epidemia, de uma crise de saúde e segurança pública”, afirma, taxativamente Luciana Temer, diretora do Instituto Liberta, que atua no combate à exploração sexual de menores. “É uma epidemia silenciosa e com uma dimensão arrebatadora, porque essa violência está instaurada em todas as famílias, em quase todas as casas e, ao mesmo tempo, é muito silenciada. Há uma naturalização disso”, acrescenta a cineasta Adriana Yañez.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

A culpa não é do boto - Como uma lenda indígena foi associada a casos de estupro no Pará

“Sabe a lenda do boto? Que no passado a gente ouvia falar que lá na região ribeirinha as pessoas acreditavam que o boto engravidava menina? A história do boto é uma grande farsa. Era o pai que engravidava a menina e botava a culpa no boto”, afirmou a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos [Damares Alves](#) à TV Brasil em agosto do ano passado.

[\(Universa, 20/02/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A ministra falava ali sobre os altos índices de abusos sexuais registrados no Pará, em especial no Arquipélago do Marajó, onde estão concentrados alguns dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do país. Segundo o [Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil](#), com informações do Censo, 14 dos seus 16 municípios estão na lista dos piores lugares para sobreviver.

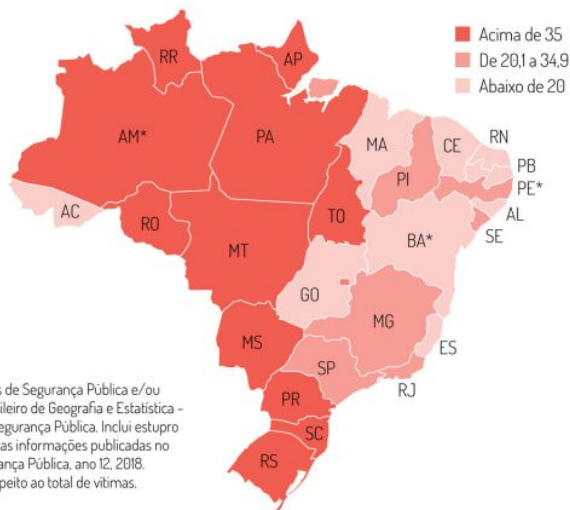
Foi nesse conjunto de ilhas que surgiram, a partir do século 18, as primeiras histórias do boto encantado. Nas fábulas, o animal, ao cair da noite, transforma-se num homem dançante, alto e forte, trajando terno branco e chapéu, que seduz mulheres e, antes da madrugada, pula para a água e volta à forma do mamífero. Contada tantas vezes desde então, e de diferentes formas, de alguma maneira a lenda desaguou em narrativas machistas e criminosas — e acabou usada para acobertar crimes de estupro e incesto.

Universa conversou com especialistas, historiadores e ativistas na região para tentar explicar como folclore e estupro desembocaram numa mesma correnteza, por que o Pará amarga décadas num histórico de exploração sexual e violência contra crianças e quais as perspectivas de mudança nesse quadro. Você acompanha aqui, ainda, o relato de uma menina que foi estuprada dos 11 aos 15 anos pelo próprio pai — um caso que, infelizmente, não é isolado.

[Clique aqui para ler a reportagem completa.](#)

Violência contra a criança em números

Taxa de estupro por 100 mil habitantes em 2018



Exploração sexual infantil no turismo brasileiro: como podemos combater?

Em 2018, o Disque 100 registrou um total de 17.093 denúncias de violência sexual contra menores de idade. A maior parte delas é de abuso sexual (13.418 casos), mas há denúncias também de exploração sexual (3.675). O chamado “turismo sexual” nada mais é do que um nome viável para camuflar a crua realidade de que milhares de crianças e adolescentes vendem seus corpos pelo Brasil afora. Essas 3.675 denúncias formam uma estatística pífia e bem distante da realidade.

[\(Universa, 10/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo dados da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), quase 2 milhões de meninos e meninas são vítimas da exploração sexual no contexto do turismo no mundo. Na Tailândia, estima-se que entre 20% e 40% das pessoas que se prostituem são menores de idade. Em 2010, o programa “Our World: Brazil’s Child Prostitutes” (“Nosso Mundo: As Crianças Prostituídas do Brasil”, em tradução livre), exibido pelo canal BBC World, afirmou que não demoraria muito para que o nosso país alcançasse os tristes números da Tailândia - conforme a Unicef, cerca de 250 mil menores se prostituem no Brasil.

A imagem turística que se construiu do país internacionalmente, através da promoção de campanhas publicitárias nas décadas de 1970 e 1980, têm impacto até os dias atuais: muitos estrangeiros, das mais diversas partes do mundo, encaram o Brasil como o “paraíso do sexo”, repleto de mulheres sensuais de todas as faixas etárias sempre disponíveis para a diversão. Em abril de 2019, o presidente Jair Messias Bolsonaro afirmou: “O Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias. Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. Agora, não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro.” Uma declaração não só preconceituosa e homofóbica como incentivadora da banalização da exploração sexual feminina, principalmente dos governos estaduais do Nordeste, onde o problema é notório.

A falta de dados concretos, verídicos e substanciais é só a ponta do iceberg de um problema grave que, ao contrário do que muita gente pensa, não é só dos governantes, mas de toda uma sociedade. Segundo especialistas, o combate à exploração sexual de menores é difícil por uma série de fatores, como os apontados a seguir:

Não há um perfil típico do agressor

A exploração sexual ocorre, principalmente, no turismo de negócios, mas também acontece no turismo de lazer. “A maioria dos turistas não vem ao destino com essa finalidade exclusiva. São pessoas comuns que não tem histórico de abuso sexual contra crianças e adolescentes e podem nunca ter pensado em explorar sexualmente uma criança ou um adolescente até que

lhes é oferecida a oportunidade”, observa Eva Dengler, gerente de Programas e Relações Empresarias da Childhood Brasil, braço nacional da World Childhood Foundation, organização criada em 1999 pela Rainha Silvia da Suécia com o objetivo de defender os direitos da infância e promover melhores condições de vida para crianças em situação de vulnerabilidade em todo o mundo.

Falta de capacitação e conscientização da indústria

A indústria do turismo é um setor extremamente vulnerável à exploração sexual contra crianças e adolescentes. Para combatê-la, é necessário envolver não só os meios de hospedagem, mas também de agências de viagens e transporte, bem como os setores correlatos às viagens de negócios e lazer como exposições, feiras, bares, casas noturnas, restaurantes e eventos culturais e esportivos, alertando constantemente funcionários e cadeias de fornecedores sobre o problema.

“Um taxista, por exemplo, que presta serviço regular a um local, deve ser conscientizado sobre a proteção de crianças e adolescentes contra exploração sexual. O mesmo ocorre com funcionários, que precisam ser orientados para que possam identificar e tomar as providências adequadas quando perceberem qualquer situação suspeita. É uma indústria com potencial de educar e conscientizar turistas sobre os riscos da exploração sexual de crianças e adolescentes. É preciso criar um ambiente onde todos estejam de ‘olhos bem abertos’ e saibam como agir”, afirma Eva, da Childhood Brasil.

Para Sara Oliveira, gerente da Plan International Brasil em Salvador (BA), há uma visão deturpada de que o chamado “turismo sexual” é um bom negócio para o Brasil. “É imprescindível destacar que turismo sexual não é turismo, mas sim crime, e como tal deve ser tratado. A expressão correta seria exploração sexual no contexto do turismo. Sendo assim, se faz necessário investir em uma maior qualificação do setor, na conscientização sobre a responsabilidade social, em ações para atender as populações de risco e numa mudança de visão do turismo, com a finalidade de se passar a ver a

atividade como agente de igualdade social e de distribuição de renda. Essas são, inclusive, indicações da Organização Mundial do Turismo (OMT)”, pontua. Com unidades em São Paulo, capital, e no Nordeste, a Plan International Brasil desenvolve programas e projetos com o objetivo de capacitar e empoderar crianças, adolescentes e suas comunidades, para que adquiram competências e habilidades que os ajudem a transformar suas realidades.

No Brasil, existe um código de conduta lançado no final de 2018 pelo Ministério do Turismo com a finalidade de orientar empresas e prestadores de serviços que atuem direta ou indiretamente no setor de turismo a enfrentar a exploração de crianças e adolescentes. Ele estabelece 12 compromissos que precisam ser cumpridos pela empresa ou profissional — mas que pouco são colocados em prática.

Desigualdades sociais e situações de vulnerabilidade

A grande maioria das crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual pertence às classes menos favorecidas e assistidas por políticas dos mais diversos tipos como de saúde, educação e inclusão econômica. “Na maioria dos casos, ainda, essas pessoas são negras ou indígenas, e mulheres. O sonho e o desejo de acessar a algumas das formas de vida e bens de consumo que uma minoria possui termina por encantar crianças e adolescentes que se tornam presas fáceis para os exploradores. Soma-se a isso a carência afetiva, que muitas vezes se faz presente, e temos um ambiente absolutamente favorável ao envolvimento sexual predatório e criminoso”, argumenta Iara Lucia Gomes Brasileiro, docente do Centro de Excelência em Turismo da UnB (Universidade de Brasília).

De acordo com Sara Oliveira, a exploração sexual pressupõe uma relação de mercantilização em que o sexo é fruto de uma troca, seja ela financeira, de favores ou presentes — podendo até ser um prato de comida. “Muitas vezes o agressor acredita estar ajudando a criança e o adolescente. Infelizmente, ainda permanecem diversas fragilidades relacionadas à sobrevivência que nos dão mais elementos para dizer que a exploração sexual tende a acontecer

com mais frequência com os menos favorecidos economicamente”, diz. Outro fato a considerar é que famílias menos favorecidas, em geral, têm menor condição de acompanhar e orientar seus filhos por trabalharem fora muitas horas por dia e não terem uma rede de apoio. “Por outro lado, a insuficiência ou falta de políticas públicas nas várias esferas não apoiam e nem garantem um atendimento integrado, contínuo e de qualidade a essas famílias”, diz Sara.

Descaso do governo e conivência da sociedade

Para Iara, a insensibilidade dos governos em todos os níveis — federal, estadual e municipal — para com problemas desse tipo é, certamente, outro fator que impede a proteção de crianças e adolescentes. “Aqui, podemos incluir a conivência da sociedade que, ao mesmo tempo em que se diz preocupada com desigualdades e falta de oportunidades ‘iguais’ para todos, parece não desejar que isso ocorra. Vale lembrar que políticos são ou deveriam ser parte da nossa sociedade, pois são escolhidos como representantes do povo. Então, seria de se esperar que fossem os primeiros a cumprir as leis que eles próprios criam e aprovam. No entanto, não são raros aqueles que também se aproveitam de seus cargos e de seu status social e econômico para utilizar dos favores sexuais de crianças e adolescentes. Com isso, o tema torna-se uma ‘pedra no sapato’, um verdadeiro incômodo a ser encarado”, reclama Iara.

“Existe, ainda, a conivência e a corrupção da polícia e de juízes e procuradores”, diz o cineasta e pesquisador mineiro Joel Zito Araujo, doutor em Ciências da Comunicação pela ECA/USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo). Joel Zito é o diretor do premiado documentário “Cinderelas, Lobos e um Príncipe Encantado”, lançado em 2008, que percorre o Nordeste e países europeus como Itália e Alemanha para contar o sonho de várias mulheres brasileiras em encontrar um marido europeu como forma de ascensão social e fuga da fome e da miséria. Mais do que conivente, para o cineasta a sociedade é cúmplice de problemas como machismo, racismo e exploração de crianças. Em suas pesquisas pelo Nordeste, ele conta que visitou uma praia onde um estrangeiro estava com uma menina de apenas 10 anos no colo e ninguém se chocava ou ao mesmo

se importava.

Ainda segundo Iara, a sociedade é conivente com o drama da exploração sexual de crianças e adolescentes pelo turismo a medida em que muitas pessoas preferem fechar os olhos e aguardar que “alguém responsável” tome as providências. “O resultado dessa cegueira opcional é a perpetuação das desigualdades e injustiças”, declara.

De acordo com Irmã Valmi Bohn, coordenadora nacional da Rede Um Grito pela Vida, a vulnerabilidade devido à falta de emprego, a fome e a miséria formam um quadro tenebroso e propício à exploração sexual. “São situações muito visíveis e uma depende da outra, ou seja, sem emprego uma pessoa se torna vulnerável e passa fome. Para completar, não existem programas de governo para proteger ou ajudar essas crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. As políticas públicas estão só no papel e nas promessas e o descaso cresce cada vez mais, tornando-se algo tão comum que para muitos já é natural”, reclama a religiosa. A Rede Um Grito pela Vida atua na prevenção ao tráfico de pessoas, principalmente contra o tráfico para fins de exploração sexual, em parceria com organizações não governamentais e governamentais, movimentos sociais e outros segmentos da sociedade civil. É um projeto da CRB Nacional (Conferência dos Religiosos do Brasil) com núcleos de atuação em todo o país.

O descaso do governo inclui a triste realidade de que as leis de proteção nunca são efetivamente aplicadas. É vedado, por exemplo, hospedar crianças ou adolescentes, desacompanhados dos pais ou responsável ou sem autorização escrita, em hotéis, pensões, motéis ou congêneres. Na prática, isso não funciona. Aplicada com extremo rigor e fiscalização, essa medida já auxiliaria no enfrentamento do problema.

Persistência da cultura machista

A sexualização das mulheres, principalmente na mídia, acontece desde muito cedo, ainda na infância. É muito comum que meninas, ainda muito novas, sejam transformadas em símbolos sexuais e estampadas nas revistas em poses e roupas que não condizem com suas faixas etárias. Neste sentido, segundo Eva Dengler, é também naturalizada a relação de casais

heteroafetivos em que a grande diferença de idade entre os dois é aceitável desde que o homem seja o mais velho. “A cultura da ‘novinha’ não é novidade e existe há muito tempo em nosso imaginário, mesmo que com diferentes nomes, como as ‘lolitas’, por exemplo. Essa normalização é também refletida na exploração sexual no turismo”, afirma.

O machismo ainda resistente em nossa cultura, para Sara, da Plan International Brasil, leva muita gente a encarar a exploração sexual como algo normal, rentável e, por isso, aceitável, como se não fosse uma violência. “As famílias, às vezes, deparam com homens adultos ‘namorando’ suas filhas e não percebem algumas relações de violação que se dão nesse processo ou, se percebem, não pensam ou não sabem como denunciar. É importante ter em mente que o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes passa, antes de tudo, pela necessidade de reconhecimento do problema.

Subnotificação e negação do problema

Segundo as organizações que combatem a exploração sexual no turismo, não é fácil obter dados precisos sobre o problema porque a grande maioria dos casos não são denunciados. “Existem muitos fatores que contribuem para a subnotificação, entre eles o fato que o crime não é reconhecido pela cultura local como uma violação dos direitos da criança e do adolescente”, afirma Eva. “Ao desviarmos o olhar de uma realidade à nossa volta que nos desagrada, fazemos questão de ignorar as informações e os dados relativos a ela. Ou seja, poucos sabem que existe um número para o qual chamar e denunciar todo tipo de violência e de violações a direitos humanos”, conta Iara, referindo-se ao Disque 100. Com discagem gratuita e com a manutenção do anonimato (se assim o denunciante preferir), o serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. “Muitos fazem questão de ignorar os alertas dados pelas diferentes mídias, em diferentes formatos. Por outro lado, parece que estamos tão acostumados à violência, que já não nos importamos com o outro”, completa a docente docente da UnB.

Ainda conforme a opinião de Iara, a sociedade tende a acreditar que ela mesma não é responsável pelas desigualdades e injustiças: quem o faz é sempre o estrangeiro, o desconhecido, o “outro” que chega ao nosso país ou

à nossa cidade para cometer crimes. “As pessoas se esquecem que, mesmo o turismo nacional ainda ser considerado pequeno, é o grande responsável pela maior parte dos impactos que temos em nossa economia e na nossa sociedade”.

Para Sara, a falta de denúncia também é fruto do medo. “De cada dezena de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes na Bahia, por exemplo, acredita-se que até nove deixam de ser denunciados no estado, o que representa uma subnotificação de 90%”, conta. O reconhecimento de situações de violência é muito importante para que se possa dar encaminhamento adequado, tanto para quem sofreu como para quem a praticou. Esse acompanhamento também deveria ser extensivo à família, visando o enfrentamento da situação e a amenização do trauma e das demais consequências sociais, psicológicas e físicas decorrentes dessa violação de direitos humanos.

Falta de empatia com a criança e o adolescente

“Nós ainda não respeitamos nem garantimos os direitos de crianças e adolescentes desenvolverem sua sexualidade de maneira saudável. Ainda os ignoramos como pessoas. Desconhecemos as leis e preferimos ignorar os direitos. Estamos nos acostumando, cada vez mais, às múltiplas formas da violência. Negamos, ignoramos, fazemos de conta que não vemos.

Em conclusão, talvez possamos resumir as dificuldades em enfrentar e combater a exploração sexual de crianças e adolescentes, seja no turismo ou não, na falta de empatia, de solidariedade, de reconhecimento dos direitos, das necessidades e dos desejos do outro, além da ausência de afeto e de vontade de mudar”, sentencia Iara, da UnB, que recorda o que determina o Artigo 227 da Constituição do Brasil: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Segundo Luciana Reis, coordenadora da ECPAT Brasil, coalizão de organizações da sociedade civil que trabalha para a eliminação da exploração sexual de crianças e adolescentes, há uma naturalização da sociedade de que as crianças e os adolescentes explorados já têm autonomia para decidir sobre seus corpos, impedindo as denúncias e contribuindo para a subnotificação do crime. “Inclusive, é uma pena que a autoproteção das crianças, estimulada por meio de materiais e atividades voltadas para a educação sexual, venha sendo tratada com repúdio por parte do atual governo”, ressalta. Importante saber que muitas dessas crianças exploradas abandonam a escola e que não são poucas as meninas que engravidam e têm filhos sem estrutura nenhuma. Ou seja, o ciclo da pobreza nunca deixa de ser perpetuado.

Por Heloísa Noronha

Em tempos extremos, precisamos falar sobre violência e sexualidade infantil, por Bernardo Machado

O combate à violência sexual infantil avançou muito, com novas leis, criadas desde a publicação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que coibiram práticas e promoveram direitos dessa população. Entretanto, nos últimos anos, os ânimos sociais atingiram patamares efervescentes em controvérsias públicas como a chamada “ideologia de gênero”, o caso do Queermuseu ou a recente ação da prefeitura do Rio de Janeiro para retirar de circulação uma revista em quadrinhos que continha o beijo entre dois homens adultos vestidos. Nesses casos, as vozes se exaltaram e termos muito distintos como “violência”, “abuso”, “sexualização”, “sexualidade” e “pedofilia” passaram a ser usados como sinônimos. Ainda que o assunto gere

controvérsias, precisamos, enquanto sociedade, tratar seriamente do tema e estabelecer parâmetros adequados para a discussão.

[\(Bernardo Machado - UOL, 15/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Se hoje essa conversa soa quase impossível, vale resgatar um período - entre os anos 1990 e a primeira década do século XX - em que se realizou um debate comprometido sobre o assunto, chegando inclusive a consensos. Neste texto, apresentarei brevemente os acordos firmados, os significados de termos centrais e, por fim, os pontos de discordância e de tensão que incomodam.

As concordâncias

No Brasil, até o final do século XX, o estupro contra crianças e adolescentes não era definido como uma criminalidade particular, mas enquadrado como uma “ofensa” à honra ou à pessoa. No Código Penal de 1890, por exemplo, o assunto aparecia sob o título “dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”. O delito de defloramento - descrito como “deflorar mulher menor de idade, empregando sedução, engano ou fraude” no art. 267 do CP/1890 - acometia justamente o bem jurídico tutelado, não a pessoa em si, mas a honra da família. Por esse motivo, a pena era anulada caso o ofensor viesse a se casar com a vítima e restaurasse a dignidade familiar. Já no Código Penal de 1940 (até hoje vigente), houve uma inflexão na descrição das ofensas sexuais. Na legislação, o bem jurídico protegido tornou-se a liberdade sexual da pessoa, definida como a capacidade do sujeito de agir livremente segundo seus próprios desejos.

Com a Constituição de 1988 - e a legislação dela derivada -, criaram-se mecanismos específicos para tratar da violência sexual contra a criança. Se antes a violência era entendida como um problema relacionado à desigualdade entre homens e mulheres, no final do século XX, ela passou a ser vista muito mais como uma questão relacionada à desigualdade entre crianças e adultos, conforme explica a antropóloga Tatiana Landini. O Estado, a família e a sociedade tornam-se responsáveis por proteger as crianças e os adolescentes contra todas as formas de exploração e de abuso

sexual.

Nos anos seguintes, presenciamos o crescimento da preocupação com essa população. Houve, inclusive, um esforço suprapartidário de tipificar e detalhar condutas para estabelecer novas percepções de crimes sexuais. Por exemplo, entre 2008 e 2010, a CPI da Pedofilia se dedicou a investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de pedofilia e a relação desses com o crime organizado. O grupo de trabalho era bastante diverso em termos de composição partidária, com senadores/as do PR, DEM, PMDB, PSDB, PT, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB. Na ocasião, participaram, ainda, Policiais Federais, membros dos Ministérios Público Federal e Estaduais e ONGs. Embora tenham existido embates e discordâncias, estabeleceu-se um acordo legislativo, jurídico e social para coibir a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Como resultado da preocupação acumulada em duas décadas, em 2009, a Lei 12.015 revogou o crime do atentado violento ao pudor e criou o delito de estupro de vulnerável (art. 217-A do atual Código Penal). O objetivo era evitar que decisões judiciais relativizassem a violência e validassem o consentimento da pessoa menor de 14 anos.

Se durante um período de quase duas décadas, a arena para diálogo se manteve aberta; nos últimos anos, a comunicação se interrompeu. Antes de discutir essas questões, é preciso definir alguns termos centrais.

Os conceitos

A antropóloga Laura Lowenkron fez um esforço fundamental ao definir as diferenças entre abuso e exploração sexual infantil e pedofilia.

Segundo ela, a categoria abuso sexual infantil foi formulada dentro do universo dos estudos da psicologia e da psicanálise. O termo dá ênfase na assimetria de poder – pela diferença de idade e de experiência – e no dano psicológico do ato decorrente. O fundamental é que o consentimento sexual da criança não é considerado válido, ela é um “objeto” da satisfação do desejo alheio e nunca um sujeito.

Já a expressão exploração sexual infantil evidencia a mercantilização do corpo, a sua colocação em uma situação de mercado e a condição passiva das crianças ou adolescentes que se envolvem nessas atividades. Enquanto o termo “abuso” se refere a atos isolados ou interações sexuais interpessoais, a palavra “exploração” remete a redes de pessoas e condutas. Assim, o conceito evita responsabilizar a criança e a/o adolescente escapando de uma acusação moral que os classificaria como “promíscuos”.

A pedofilia é, talvez, a palavra mais empregada pelas pessoas, mas de forma pouco precisa. A origem remonta a psiquiatria e se refere a uma modalidade de “perversão sexual”, caracterizada pelo foco do interesse sexual em crianças pré-púberes (geralmente com 14 anos ou menos) por parte de indivíduos com 16 anos ou mais que sejam ao menos cinco anos mais velhos que a criança. Nesse sentido, segundo o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders V (2013), para qualificar o distúrbio, o abuso deveria durar um período mínimo de seis meses. O conceito, ao tratar da violência sexual contra a criança, desloca a ênfase do sofrimento da criança para as características psicológicas do pedófilo, ou seja, a anormalidade e a perversidade do adulto.

Na própria CPI da Pedofilia, houve uma discussão para definir qual seria a categoria mais adequada, como conta Lowenkron. Estava em pauta o processo de nova tipificação do crime do antigo “atentado violento ao pudor” contra crianças. O senador Magno Malta defendia o uso do termo “estupro mediante pedofilia”, mas a maior parte dos integrantes defendia que pedofilia seria uma doença e não um crime e, por isso, sugeriu-se o nome “estupro contra criança”. O senador Magno Malta defendia o uso do termo “estupro mediante pedofilia”, mas a maior parte dos integrantes defendia que pedofilia seria uma doença e não um crime e, por isso, sugeriu-se o nome “estupro contra criança”. Prevaleceu o argumento de que era preciso enfatizar não a patologia de um indivíduo, mas sim a responsabilidade da sociedade e do bem jurídico tutelado - a dignidade da criança.

Alguns aspectos da discordância

As rugas e controvérsias contemporâneas decorrem, em parte, da confusão

de tais conceitos e da associação direta entre sexualização infantil, sexualidade das crianças e pedofilia. Há pessoas que sugerem os termos serem sinônimos. É preciso cuidado.

Por sexualização infantil, entende-se o ato de atribuir – por meio de gestos, roupas, ou comportamentos – atitudes sexuais a crianças sem que isso corresponda a práticas. Recentemente, o apresentador Silvio Santos esteve no centro do debate exatamente por esse motivo. Em setembro, o programa realizou um concurso de beleza que dispôs, para avaliação, meninas de 9 e 10 anos trajando maiô. A exposição, em rede nacional, jogava luz justamente a partes dos corpos dessas crianças de modo bastante problemático.

Esse tipo de exposição não corresponde a práticas sexuais, que dizem respeito a atos envolvendo carícias íntimas entre pessoas – no programa de Silvio Santos não houve nenhum ato sexual. Mesmo assim, é possível inferir que uma sexualização infantil autoriza, mesmo que indiretamente, violências sexuais com crianças. Nesse caso, o adulto que realiza práticas sexuais com crianças ou adolescentes pode ser denominado como pedófilo – a depender de uma avaliação psicológica/médica.

Por fim, um aspecto totalmente diferente dessa discussão diz respeito à sexualidade das crianças. As pessoas, ao longo de sua infância e adolescência, começam a entender e experimentar seus desejos e atrações. É comum que um menino pergunte para a mãe se pode casar com ela ou uma menina pergunte para o pai se pode ser sua esposa. A curiosidade sobre sua sexualidade leva a esse tipo de colocação. Será durante a fase de formação que algumas crianças irão dar as mãos, beijar os rostos, perguntar sobre suas genitálias e assim por diante. É um processo de compreensão de sua sexualidade.

As primeiras questões a respeito da orientação sexual ocorrem, inclusive na adolescência ou ainda na infância. A orientação sexual refere-se aos desejos afetivos e sexuais das pessoas por pessoas de outro gênero (heterossexuais), do mesmo gênero (homossexuais), de ambos (bissexuais) ou de nenhum (assexuais). É grave quando um discurso assume que qualquer menção a sexualidade das crianças corresponde a violação sexual ou pedofilia. Como dito, são aspectos muitíssimo distintos.

Me parece que os grandes dilemas sociais mais recentes - como a proibição da história em quadrinhos na Bienal do Rio de Janeiro, a disputa em torno do Queermuseu, o debate a respeito da "ideologia de gênero" - esbarram nas definições e indefinições desses muitos termos. Tratarei dessas questões em detalhe em colunas futuras. O debate precisa existir, mas deve ser travado de forma responsável, evitando o excesso de adjetivos, de caricaturas e de desinformações que andam ativas nas redes sociais e nas palavras de autoridades.

Por Bernardo Machado

País tem recorde nos registros de estupros; casos de injúria racial aumentam 20%

Crimes de ódio crescem na contramão das quedas dos demais crimes violentos, como homicídios e latrocínios, segundo o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

[\(G1, 10/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Em 2018, o Brasil atingiu o recorde de registros de estupros. Foram 66.041 vítimas, segundo dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública nesta terça-feira (10). O crime é um dos poucos que tiveram aumento no ano passado, quando as mortes violentas caíram 10,8%.

A taxa brasileira de estupros é de 31,7 por 100 mil habitantes, acima da taxa de mortes violentas, que ficou em 27,5 em 2018.

Também na contramão das quedas dos roubos, latrocínios, lesão corporal,

entre outros crimes, está o aumento de 20,6% no número de registros de injúria racial: de 6.195 casos em 2017 para 7.616, em 2018. O homicídio contra a população LGBT também registrou um aumento de 10,1% no Brasil, segundo o Anuário.

“Tudo indica que estamos diante do aumento de crimes de ódio. Apesar da redução das mortes violentas, há aumento da violência de gênero, LGBT e racial”, afirma Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

“Faz sentido se formos pensar que o Brasil vive uma polarização absurda e lida com uma retórica que reforça a ideia de que a violência é um mecanismo legítimo para solucionar conflitos. São propagados discursos de ódio e intolerância. Há legitimação da tortura, do machismo e a da misoginia”, diz.

“E esse discurso tem efeito prático na vida das pessoas. Pensando que os estupros e feminicídios ocorrem mais dentro de casa, podemos ver que essa retórica lá de fora chega sem filtros dentro de casa. Você não pode falar publicamente, mas pode fazer dentro de casa”, completa.



Estupros

No início da série histórica, em 2011, o país teve 43.869 casos de estupro. De lá para cá, houve um aumento de 50,5% nos registros. De 2017 para 2018, a variação foi de 4,1%. Quando só vítimas mulheres são consideradas, o aumento vai a 5,4%.

“O estupro é uma violência sexual circunscrita por manifestações abusivas de poder e marcadores de gênero, logo, não se trata de uma expressão de um tipo de sexualidade brutalizada ou desenfreada, mas de uma forma de dominação. De acordo com os registros de estupro e estupro de vulnerável dos anos de 2017 e 2018, 81,8% das vítimas eram do sexo feminino, o que evidencia a desigualdade de gênero como uma das raízes da violência

sexual”, diz estudo feito por pesquisadoras do Fórum a partir de microdados do anuário.

Segundo o estudo, a maior parte dos estupros que ocorre no Brasil é o de vulnerável (contra crianças menores de 14 anos ou pessoas com doenças ou deficiência mental que não têm discernimento para a prática do ato e que não podem oferecer resistência): 63,8%.

A maioria dos crimes é praticado contra meninas de 10 a 13 anos (28,6%). O autor do estupro é homem (96,3%) e é quase sempre conhecido da vítima (75,9%).

Sobre a baixa idade das vítimas, as pesquisadoras do Fórum Samira Bueno, Carolina Pereira e Cristina Neme lembram que, de acordo com a Unicef, meninas de até 16 anos, em especial em classes mais baixas, “associam o casamento à possibilidade de mudança de status social, de alguma forma de emancipação e de serem mais valorizadas”. “A gravidez autoriza o casamento infantil no Brasil, inclusive com meninas com menos de 14 anos, sendo que, a princípio, pelas definições do Código Penal Brasileiro, qualquer relação sexual com menina dessa idade pode ser criminalizada como um estupro de vulnerável.”

O Mato Grosso do Sul tem a maior taxa de estupros por 100 mil habitantes do Brasil (70,4), seguido pelo Paraná, com 60,8 - dois estados que não figuram entre os primeiros do ranking de mortes violentas.

Como lembram as pesquisadoras do Fórum, os números são ainda mais alarmantes quando se leva em conta que os crimes sexuais estão entre aqueles com menores taxas de notificação à polícia.

“O que indica que os números aqui analisados são apenas a face mais visível de um enorme problema que vitima milhares de pessoas anualmente. No caso brasileiro, a última pesquisa nacional de vitimização estimou que cerca de 7,5% das vítimas de violência sexual notificam a polícia. Nos Estados Unidos, a taxa varia entre 16% e 32%, a depender do estudo.”

Entre os motivos para a baixa notificação estão o medo de retaliação por parte do agressor, que é geralmente conhecido da vítima, receio de

juízo e descrédito nas instituições policiais e de Justiça. Pesquisa produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016 mostrou que 43% dos brasileiros do sexo masculino com 16 anos ou mais acreditavam que “mulheres que não se dão ao respeito são estupradas”.

Ainda no âmbito da violência contra a mulher, os feminicídios tiveram aumento de 4%, ao mesmo tempo em que os homicídios de mulheres reduziram 11,1% de 2017 para 2018. [Dados similares foram antecipados pelo Monitor da Violência em março.](#)

Para Jacira Melo, diretora-executiva da Agência Patrícia Galvão, “o fenômeno da violência contra as mulheres é crescente na sociedade brasileira: violência doméstica, violência sexual, feminicídio”. “Penso que é possível dizer que o aumento no número de registros de estupro acontece porque há um maior reconhecimento de que se trata de um crime e, ao mesmo tempo, porque se trata de um crime recorrente, cotidiano e que acontece dentro de casa, nas escolas e nos mais diversos ambientes, onde a maioria das vítimas é formada por garotas de 10 a 13 anos.”

Armas

Um dos motivos apontados por Samira Bueno para o aumento dos crimes contra a mulher, como o feminicídio, é o aumento da presença das armas dentro de casa.

O Anuário mostra que a posse ilegal de arma de fogo aumentou 54,1% em 2018 (de 14.880 para 23.055) e o de registros também (42,4%).

Em 2018, o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), da Polícia Federal, registrou 12,5% mais armas no Brasil. O número passou de 42.387 para 47.691. O aumento de registros no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), do Exército Brasileiro, foi ainda maior: 55,7% (de 95.745 para 149.042).

Entre os que mais pediram registros estão os atiradores esportivos: o número saltou de 26.150 para 49.671 no ano passado.

Em compensação, o número de armas de fogo apreendidas caiu 5,2% no Brasil, se forem levadas em conta as apreensões feitas pelas secretarias da Segurança e/ou Defesa Social, e 14,7%, se levadas em conta as apreensões feitas pela Polícia Rodoviária Federal.

Por Por Cíntia Acayaba e Thiago Reis

Veja mais:

[Quatro meninas de até 13 anos são estupradas por hora no Brasil](#)

[Brasil registrou recorde de casos de estupro em 2018, segundo estudo](#)

Exploração sexual afeta 500 mil crianças e adolescentes ao ano no Brasil

‘Eu tinha nojo, queria que terminassem logo’, conta vítima que foi explorada quando tinha apenas 10 anos

[\(O Globo, 08/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

RIO - A história de A., de 13 anos, é um retrato da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Com 10 anos, ela vivia num lar violento em um bairro pobre de uma cidade no interior da Bahia. Não frequentava mais a escola, já usava drogas. Virou presa fácil para homens muito mais velhos que ofereciam dinheiro por sexo.

— Os coroas chegavam e perguntavam assim: “Você quer fazer um bolo para ganhar R\$ 100?” Aí a gente ia para a casa dele. Eu tinha nojo, queria que terminassem logo para ganhar meu dinheiro, ir embora e comprar droga.

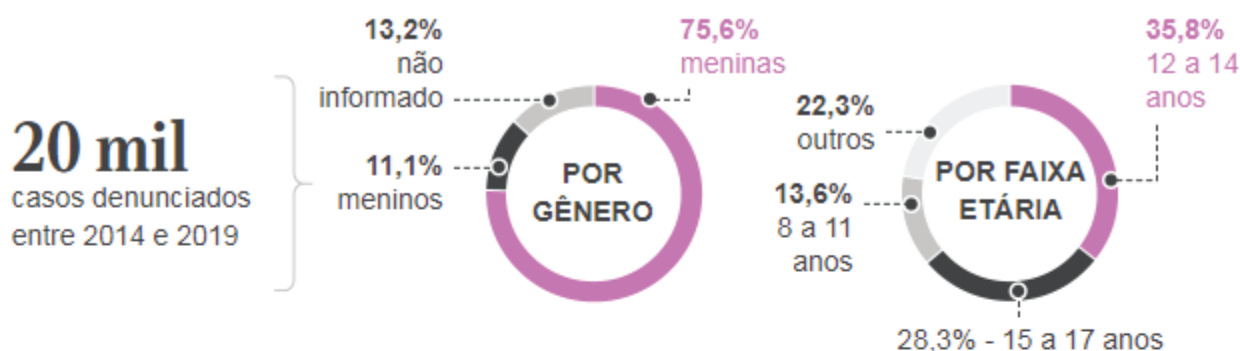
Não tinha ajuda de ninguém, nem do próprio pai, que abusou sexualmente dela quando a menina tinha 11.

— Mesmo que eu não fosse mais virgem, ele não podia fazer isso comigo porque ele era meu pai.

Com um filho nos braços aos 13, encontrou auxílio numa ONG e hoje vive num abrigo.

Um panorama organizado pelo Instituto Liberta a partir de estudos de organizações da sociedade civil e dados governamentais mostra que o Brasil é o segundo país com maior número de crianças e adolescentes exploradas sexualmente, depois da Tailândia. Calcula-se que haja 500 mil vítimas por ano no país.

Crime invisível



Denúncias por estados

Por mil habitantes



Em números absolutos



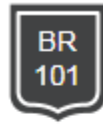
Faixa etária dos agressores





No turismo

Hotéis e Motéis cobram R\$ 500 por duas horas com meninas e R\$ 4000 se ela for virgem. O perfil da vítima é uma menina negra, pobre, com baixa escolaridade e vinda de áreas rurais.



Nas estradas

A cada 26,7 km há um ponto de exploração sexual infantil (Polícia Rodoviária Federal). Há casos de menores oferecendo os corpos por até R\$ 2



Em canteiros de obras

57% dos trabalhadores em canteiros de obras em 5 estados sabem que crianças e adolescentes são exploradas sexualmente nas proximidades. 25% deles admitiram ter tido relações sexuais com menores

Fonte: Disque 100, Ministério do Turismo, Childhood, Child Protection Center e relatório Down to Zero Baseline

Não há dados oficiais que dimensionem o problema; os mais usados vêm do Disque 100, serviço do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) que acolhe denúncias, mas especialistas dizem que só 7,5% dos casos são denunciados. As razões são várias: havia longa espera para denunciar, a pessoa tem dúvida sobre a idade da vítima e, o mais grave, a sociedade ainda é muito tolerante com esse crime.

— Como é uma situação comercial, imaginam uma aquiescência das meninas. “Ela tá ali porque quer e até está sendo paga” — diz a gerente da ONG Plan International Viviana Santiago. — As pessoas querem proteger a infância, mas a adolescência já não é vista como uma etapa de desenvolvimento, são miniadultos. A sociedade não reconhece o problema. A especialista reforça que é preciso entender que “elas não são profissionais do sexo, porque uma adolescente e uma criança não têm capacidade de tomar essa decisão”. O efeito dessa exploração impacta no seu futuro.

— Elas passam a ser tratadas como cidadãs de segunda categoria e ficam de fora das políticas sociais e estruturas familiares. Perdem o direito de viver essa fase da vida. São colocadas à margem da compaixão e de todo sentimento de um ser humano por outro.

Segundo Santiago, essas garotas — ao menos 75% das vítimas são meninas e,

em sua maioria, negras— sofrem espancamentos, são estupradas, enroladas em dívidas, iniciadas no consumo de álcool e drogas, e pegam doenças, pois não conseguem negociar o uso de preservativos.

Especialistas destacam a diferença entre exploração e abuso: ambos são violências sexuais, mas na exploração há uma troca mercantil.

— Quando se fala de abuso, existe um imaginário que causa indignação, mas quando essa mesma menina de 12 anos está de shortinho na esquina, vira “só” uma prostituta — diz a presidente do Instituto Liberta, Luciana Temer.

Prevenção e Punição

A legislação brasileira classifica relação sexual com menor de 14 anos como estupro de vulnerável, com pena de 8 a 15 anos de reclusão. Se a vítima tiver entre 14 e 18 anos e o sexo envolver troca mercantil, o crime é de exploração sexual, com pena de 4 a 10 anos de prisão para quem teve a relação; intermediários dessa prática, como um agenciador ou o dono de um local que o favoreça, também são punidos.

As especialistas dizem que as políticas de combate a esse crime no país continuam muito desarticuladas.

— A resposta pressupõe uma política pública fortalecida num país que vive um congelamento de gastos. Existe um posicionamento do governo de desmantelamento da sociedade civil e hoje uma parte significativa do trabalho é feita por ela — diz Viviana Santiago.

A Childhood Brasil, por exemplo, atua na região Norte, entre outras, conscientizando capitães e pilotos de barco.

— Tem mãe que quer jogar uma criancinha dentro do barco para os homens fazerem sexo e darem dinheiro. Tem cidades no Pará em que levam as meninas arrumadinhas para a praça para mostrar para trabalhadores temporários de obras — afirma Eva Dengler, gerente da Childhood. — Esses homens têm família, então trazemos para eles essa discussão: ‘Vamos olhar para elas como olhamos para nossos filhos’.

Temer diz que é um equívoco achar que a exploração só acontece no Norte e no Nordeste. O que muda é a forma como ocorre. Relações com traficantes em troca de bens ou aplicativos tipo “sugar daddy” são exemplos.

— É preciso fazer um trabalho de reconhecimento das violências com as próprias garotas.

O MMFDH informa que adota políticas para proteção dessas crianças, como reformulação do Disque 100 e equipagem e capacitação dos Conselhos Tutelares.

Por Constança Tatsch

Ministério dos Direitos Humanos conclui que quase 90% da violência sexual contra crianças acontece no ambiente familiar

Mais de 70% das vítimas são mulheres, de acordo com levantamento baseado em denúncias feito ao Disque 100

[\(O Globo, 14/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Dados compilados pela Ouvidoria Nacional do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), apresentados nesta terça-feira na Câmara dos Deputados, revelam que quase 90% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são registrados no ambiente familiar.

Durante o ano de 2018, o Disque 100, conhecido como Disque Direitos

Humanos, recebeu um total de 17.093 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no país. Desse total, 13.418 denúncias se referiam a abuso, enquanto 3.675 telefonemas foram classificadas como casos de exploração sexual.

Nos casos de abuso, 73,44% das vítimas são meninas, enquanto meninos representam 18,60% desse total. Em 7,96% das denúncias o sexo da vítima não foi informado.

Com base nos dados, o ministério concluiu que quase a totalidade dos abusos acontecem dentro de casa, sendo 70% dos casos tem como autor o pai, o padrasto ou a mãe da criança.

— A gente tem que buscar combater violação de direitos humanos em todos os aspectos, seja nas redes sociais ou em outras fontes, ou violências sociais de tudo quanto é tipo. Mas efetivamente a violência contra a criança está acontecendo dentro da sua casa. Essa é a realidade. É dentro da família que acontece a maior parte das violações — destacou Fernando César Ferreira, ouvidor nacional de Direitos Humanos.

Somente nos quatro meses de 2019, 4736 denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes foram registrados no país, por meio do Disque 100. Apesar do número representar uma queda de 19% com relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior (5827 casos), a ministra Damare Alves classificou os dados como “extremamente graves”.

— Quem trabalha com a infância sabe que menos de 10% dos abusos são denunciados. Os números são absurdos. A gente vai ter que enfrentar isso, e o ministério está disposto a enfrentar. O problema está aí, ele é grave, e vamos precisar dar uma resposta para o Brasil — destacou.

O ouvidor do ministério reforçou que é preciso haver maior conscientização da sociedade sobre a importância de denunciar os abusos. Ele acredita que os números do Disque 100, nesse sentido, são mais próximos da realidade do que os dados oficiais de abuso compilados pelo Ministério da Justiça.

— Em termo de denúncia oficial, o número é bem menor, pois a vítima não procura a polícia para fazer a notificação. Muitas vezes a vítima ou a

testemunha procura o a gente, mas tem medo de denunciar formalmente à polícia. Por isso nossos números podem estar um pouco mais próximos da realidade do país.

Patrik Camporez

O dia em que relatos do primeiro assédio tomaram conta do Twitter

(El País, 23/10/2015) Estreou no Brasil nesta semana a primeira edição infantil no país do MasterChef, programa onde aspirantes a chefes de cozinha disputam um prêmio. Como na versão adulta, as redes sociais fervilharam com comentários, memes e piadas. O problema é que parte deles era criminoso.

Leia mais:

[Assédio virtual após programa surpreendeu, diz mãe de chef mirim \(Folha de S.Paulo, 23/10/2015\)](#)

[Quando leio que a culpa do meu abuso foi minha \(Brasil Post, 23/10/2015\)](#)

[Somos todas Valentina, por Ruth de Aquino \(Época, 23/10/2015\)](#)

[O primeiro assédio ninguém esquece, por Luiz Caversan \(Folha de S.Paulo, 23/10/2015\)](#)

[Campanha incentiva mulheres a relatar casos de assédio sexual \(O Estado de S. Paulo, 23/10/2015\)](#)

[Precisamos falar sobre abuso sexual infantil \(UOL, 23/10/2015\)](#)

[#PrimeiroAssédio: Mulheres compartilham no Twitter primeira vez que sofreram assédio \(Brasil Post, 22/10/2015\)](#)

Uma das participantes, Valentina, de 12 anos, chamou a atenção de pedófilos que não tiveram nenhum constrangimento em se revelar. Ela tem os cabelos lisos e loiros, e os olhos claros. “Se tiver consenso é pedofilia?”, perguntou um usuário do Twitter. “Essa Valentina com 14 anos vai virar aquelas secretárias de filme pornô”, disse outro.

Valentina tem 12 anos e se parece com uma criança de 12 anos. Mas, ainda que parecesse mais velha, esses tipos de comentários seriam permitidos? Para Viviana Santiago, especialista em gênero da Plan International, que combate a violência sexual contra meninas, não. “Cada vez que as pessoas dizem que não sabiam que Valentina era uma criança, ou que ela não se parece com uma criança, elas estão dizendo que, com a mulher, [esse tipo de comentário] pode”, diz. “Mais grave que transformar essa menina em uma mulher, é assumir que essa mulher deveria ser estuprada”.

A parte boa dessa história é que a mesma Internet palco de assédio é também meio para que as mulheres se organizem e se expressem, coletivamente. No dia seguinte à enxurrada asquerosa envolvendo o nome de Valentina, o [@ThinkOlga](#), um *think thank* que discute questões feministas, lançou a hashtag [#PrimeiroAssédio](#). E milhares de mulheres e homens atenderam ao chamado. Relataram publicamente a primeira vez em que sofreram assédio sexual. Ou ao menos a primeira vez da qual se lembram ter sofrido algum tipo de abuso. Para Juliana de Faria, uma das mulheres à frente do Olga, o espaço foi importante para colocar em evidência um problema. “É importante dizer que muitas mulheres estão falando pela primeira vez sobre as suas violências”, disse.

Desenvolvi transtornos alimentares pois pensava que, me livrando do “corpo evoluído” eu teria paz. [#PrimeiroAssédio](#)

— (@veltins) [22 outubro 2015](#)

Ônibus cheio, eu sentada no colo da minha mãe (cega). Homem abre o zíper da calça e me mostra o genital. Eu tinha 8 anos. [#primeiroassedio](#) — Iris Figueiredo (@irismfigueiredo) [22 outubro 2015](#)

O pior do [#primeiroassedio](#) é a sensação de que a culpa é sua, de que vc foi a errada de existir ali.

— jesca com teseno (@VeryJess) [21 outubro 2015](#)

Muitos dos mais de 29.000 relatos, contabilizadas até a publicação desta reportagem, são chocantes. Faz pensar o quanto as mulheres, desde criança, estão expostas a uma violência que para o mundo é silenciosa, mas que deixam marcas duradouras. “Esse episódio mostra para a gente como existe uma cultura de que os corpos das mulheres não importam”, diz Viviana Santiago.

Para começar a reverter essa cultura, segundo Viviana, é preciso rever a forma como a educação dentro de casa é dada às crianças. “Precisamos revisitar a maneira como a gente socializa as meninas e os meninos”, diz. Isso, segundo ela, vai desde a organização das tarefas domésticas, ao lugar que as meninas são colocadas na família. Isso significa mudar o lugar de poder concedido aos meninos e o de subalterna para as meninas. E é por essa cultura que muitos relatos publicados no Twitter envolvem um primo ou um irmão que, ainda que mais velhos, também eram menores de idade quando praticaram o assédio. “A cultura do estupro começa tão cedo na nossa vida, que a gente acha que nasceu assim.”

“Com 8 anos um ‘tio’ me levou no cinema, me colocou no colo e colocou a mão debaixo do meu vestido”, contou [@DraTreze](#). “Eu tinha 9 anos e o pai de uma vizinha me chamou pra ir na casa e me fez sentar no colo dele, de frente”, disse [@Pollycezaa](#).

O assunto foi importante inclusive para que homens tomassem consciência da amplitude do problema. “#primeiroassedio, uma hashtag pra fazer você, homem, como eu, parar de ser um tremendo babaca e saber respeitar, porque isso é nojento”, publicou [@caiquer](#). E outros homens tomaram coragem para contar seus próprios abusos.

Churrasco com amigos da família. Tava de biquíni e tinha uns 10 anos e um cara disse q eu era lindinha e já dava pro gasto [#primeiroassedio](#)

— lolita (@vondollmger_) [22 outubro 2015](#)

[@ThinkOlga](#) [#primeiroassedio](#) tinha 9 anos estava com minha avó no centro de SP um homem sussurrou obscenidades no meu ouvido. — Leticia Magalhaes (@MagLeticia) [22 outubro 2015](#)

[#PrimeiroAssedio](#) tinha 12 anos e tava andando na rua e um coroa passou por mim e sussurrou “gostosa”. EU N TINHA NEM PEITO AINDA.

— cecília ❁ (@tardisexy) [22 outubro 2015](#)

A imensa maioria das histórias, porém, foram contadas por mulheres. “Com 8 anos eu fazia o caminho mais longo pro curso pra evitar as construções e não ter q ouvir cantada de pedreiro”, relatou [@oohnajulia](#). “Desisti de pegar o ônibus elétrico na rua Augusta pro treino de basquete no Dante por causa dos assédios no ônibus. Aos 15”, disse [@pbicudo](#).

tenho pinto. já fui assediado. um lado meu pensa que todos os homens deveriam ser assediados pra entender..... o outro tbm [#primeiroassedio](#) — dino (@dobrosllav) [22 outubro 2015](#)

Por causa da quantidade de posts publicados com a hashtag, alguns órgãos aproveitaram o assunto em pauta para reforçar suas campanhas contra a violência sexual, principalmente na infância. O portal do Governo Federal e a Unicef, órgão ligado à ONU, foram alguns deles.

O abuso sexual pode estar mais perto do que se imagina. [#PrimeiroAssédio](#) [#Disque100](#) pic.twitter.com/jftrLIRBLF

— Portal Brasil (@portalbrasil) [22 outubro 2015](#)

Você não está só. Baixe o app “Proteja Brasil” ou disque 100 e denuncie.

[#primeiroassédio pic.twitter.com/YH7X8ZZs9b](https://t.co/jpxtbZXMO8)

— UNICEF Brasil (@unicefbrasil) [22 outubro 2015](#)

Ao portal iG, os pais de Valentina disseram que estão poupando a garota dos comentários criminosos. “A gente já tinha chamado uma pessoa para tomar conta do Twitter dela porque estávamos preparados para o assédio e as consequências possíveis, mas não imaginávamos encontrar tarados. Teve gente que pediu que ela mandasse foto nua”, disse o pai da menina, Alexandre. “Ela só vê o que a gente permite. Os outros conteúdos são responsabilidade dessa outra pessoa, que bloqueia esses usuários imediatamente”.

Marina Rossi

Acesse no site de origem: [O dia em que relatos do primeiro assédio tomaram conta do Twitter \(El País, 23/10/2015\)](#)

Operação prende 660 suspeitos de pedofilia no Reino Unido

(Folha de S. Paulo, 16/07/2014) Uma operação policial prendeu 660 pessoas suspeitas de envolvimento com pedofilia no Reino Unido, segundo anúncio feito nesta quarta (16) pelas autoridades.

Entre os detidos há pelo menos dois médicos, seis professores, quatro funcionários de escolas e dois policiais.

De acordo com a Agência Nacional de Combate ao Crime (NCA, na sigla em inglês), espécie de FBI britânico, responsável pela ação, 431 crianças estavam sendo expostas a pornografia infantil acessada por essas pessoas.

Todas, segundo a agência, agora estão protegidas.

A investigação sigilosa, considerada sem precedentes no Reino Unido, durou seis meses e vasculhou 9.000 computadores e telefones, além de buscas em 833 propriedades.

Dos presos, 39 já tinham algum registro de envolvimento com abuso sexual. Segundo a imprensa britânica, um avô teria abusado de dois dos netos, por exemplo.

Até a conclusão desta edição, a NCA não havia informado o que vai ocorrer agora com os 660 detidos -se serão processados ou liberados.

Segundo Phil Gormley, diretor da NCA, as imagens das crianças eram acessadas em uma parte da internet chamada de "deep web" (internet profunda), que não aparece em buscas normais.

A ferramenta é usada, diz Gormley, justamente para burlar a fiscalização das autoridades -menos de 1% do seu conteúdo seria hospedado no Reino Unido.

"A operação não é apenas para pegar pessoas que já tiveram casos de abuso, mas é sobre a influência de potenciais infratores antes que eles cruzem essa linha", disse.

"A internet não é um espaço anônimo seguro para acessar imagens indecentes. Uma criança é vítima não só quando é abusada ou tem uma foto tirada, mas sempre que a imagem dela é vista por alguém", acrescentou Gormley.

O primeiro-ministro, David Cameron, celebrou o resultado da operação. Segundo ele, a NCA "fez um belo trabalho de usar todos os modernos métodos e tecnologia juntos para ir além dos infratores desse crime horrível".

A operação contra pedofilia foi celebrada por entidades de combate ao abuso.

"Isso nos mostra como é grande a agressão on-line a crianças. Policiais de todo o mundo estão desenvolvendo técnicas e ferramentas para deter essas pessoas", disse John Carr, que integra coalizão em defesa da segurança na internet para as crianças.

Acesse o PDF: [Operação prende 660 suspeitos de pedofilia no Reino Unido \(Folha de S. Paulo, 16/07/2014\)](#)

O tribunal do abuso

(ISTOÉ, 14/07/2014) Os tribunais de Justiça são órgãos colegiados constituídos por desembargadores, os juízes de segunda instância. Suas decisões são tomadas em conjunto e se sobrepõem às dos magistrados de primeira instância. Por isso, causou incredulidade o fato de o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) ter minimizado a gravidade do sexo com menores de 14 anos em recente decisão. Três desembargadores paulistas inocentaram o fazendeiro Geraldo Brambilla, 79 anos, acusado de ter estuprado uma menina de 13 anos. A decisão, criticada por entidades que defendem os direitos da criança e do adolescente, considerou que a garota era prostituta e que o réu teria sido induzido a acreditar que ela seria mais velha. Vinda de quem deveria zelar pela lei, a deliberação suscitou espanto também por ferir a legislação (leia quadro). Ela se choca com artigos do Código Penal, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e com a própria Constituição Federal.

Em fevereiro de 2011, o fazendeiro foi pego em flagrante com duas garotas, de 13 e de 14 anos, dentro de sua caminhonete em um canavial da zona rural de Pindorama (SP). À época, ele chegou a ser condenado em primeira instância a oito anos de prisão, mas ficou detido por apenas 40 dias. “A absolvição é uma licença para a exploração sexual”, afirma Ariel de Castro Alves, fundador da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. No acórdão, o relator Airton Vieira até admite que menores de 14 anos são vulneráveis, mas acolhe a defesa do fazendeiro. “Não se pode perder de vista que, em determinadas ocasiões, podemos encontrar menores de 14 anos que aparentam ter mais

idade, mormente nos casos em que se dedicam à prostituição, usam substâncias entorpecentes e ingerem bebidas alcoólicas, pois em tais casos é evidente que não só a aparência física como também a mental desses menores destoarão do comumente notado em pessoas de tenra idade”, escreveu.

O histórico do desembargador mostra seu pouco apego às questões que envolvem direitos humanos. Quando atuava como juiz da 28ª Vara Criminal de São Paulo, Vieira, 49 anos, chegou a defender a pena capital. “Não tenho nenhum constrangimento em assumir que sou favorável à pena de morte e à prisão perpétua”, afirmou. Ele teve também o nome incluído em uma lista criada pela OAB paulista da qual constavam 54 juízes considerados “inimigos da advocacia” e que já foram alvo de queixas e processos de colegas. Os outros desembargadores que seguiram o relator são: Hermann Herchander, 55 anos, procurador de Justiça, no TJ desde 2008, e Waldir de Nuevo Campos Júnior, 55 anos, que atuou como magistrado em diversos municípios do interior de São Paulo e ingressou no TJ em 2009.

A decisão ressoou ainda mais por ter ocorrido meses após a presidenta Dilma Rousseff sancionar a lei que torna hediondo o crime de favorecimento da prostituição e de exploração sexual de crianças e adolescentes e dias antes de o ECA completar 24 anos. “A impunidade é um retrocesso, e o Judiciário não pode trilhar caminho oposto à lei”, afirmou à ISTOÉ a ministra dos Direitos Humanos, Ideli Salvatti. “Infelizmente, temos juízes que utilizam argumentos conservadores para absolver exploradores”, diz Miriam Maria José dos Santos, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Embora o fazendeiro tenha afirmado à Justiça que se enganou quanto à idade da jovem, o conselheiro tutelar de Pindorama, David Elton Gramacho, conta que o homem conhecia a garota havia mais de um ano. “Ele a convidava para dar voltas de carro pela região”, diz. Foi a irmã mais nova da menina que acionou o conselho. Uma delas disse que não era a primeira vez que fazia sexo com o réu em troca de dinheiro. Gramacho diz que ambas vieram de famílias desestruturadas e que a de 13 anos havia sido incitada pelo pai a trocar sexo por dinheiro. “Ela não era prostituta, fez sexo por dinheiro umas

três vezes quando se viu sem crack”, diz. Na semana passada, a assessoria do TJ informou à ISTOÉ que os desembargadores não iriam atender à reportagem, pois “não podem se manifestar sobre processo em segredo de Justiça”. O Ministério Público de São Paulo ainda pode recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Vale lembrar, no entanto, que, em 2012, o STJ chegou a inocentar um homem acusado de estuprar três meninas de 12 anos. Somente após um embargo do Ministério Público Federal, o STJ suspendeu a decisão.

Acesse o site de origem: [O tribunal do abuso \(ISTOÉ, 14/07/2014\)](#)